A FORÇA DA SOLIDARIEDADE NO VALE DO JEQUITINHONHA: O ELO DE LIGAÇÃO ENTRE PROJETOS SOCIAIS, VOLUNTARIADO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

José Ultemar da Silva – UNINOVE – SP
Pós-Doutor em Administração pela FEA-USP

Neuza Abbud Prado Garcia – UNINOVE – SP
Doutora em Ciência (Psicologia Social) pelo IPUSP

Resumo

Este trabalho apresenta o resultado de uma pesquisa de campo sobre o Projeto Pão Forte e Nutritivo executado pelo Programa Pólo de Integração do Jequitinhonha, gerido pela Universidade Federal de Minas Gerais. O objetivo da pesquisa foi de identificar os objetivos do projeto na região, a gerência, os recursos aplicados, bem como os resultados obtidos pela participação da comunidade. Quanto à metodologia, trata-se de um estudo exploratório-descritivo, de natureza qualitativa; fundamentada por uma revisão bibliográfica, na qual se procurou discutir as questões sobre voluntariado e desenvolvimento local. Os resultados dessa investigação indicam que os atores sociais envolvidos neste projeto reafirmam a importância do projeto para o desenvolvimento social e econômico da região.

Palavras-chave: estratégias; parcerias; capital humano; desenvolvimento local e resultados.

Abstract

This work presents the result of a field research on the Project Strong and Nutritional Bread executed by the Program Polar region of Integration of the Jequitinhonha, managed for the Federal University of Minas Gerais. The objective of the research was to identify the objectives of the project in the applied region, management and resources, as well as the results gotten for the community. How much to the methodology, the research was classified as a descriptive-exploratory study, of qualitative nature concerning the dimension the project and respective benefited, also based for a bibliographical revision on voluntarie and local development. The results gotten for the inquiry indicate that the involved social actors in this project reaffirm the importance of the project for the social and economic development of the region.

KeyWords: strategies; partnerships, human capital; local development and results.

1- Introdução

Com o crescente interesse da comunidade acadêmica em relação às pesquisas sobre atuação socialmente responsável das organizações, bem como os projetos que causam impactos diretos na qualidade de vida das populações, a proposta deste artigo é também discutir a participação do voluntariado nas causas sociais, pois estes também são consideradas agentes que desempenham papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico dos países.

Vale lembrar, que ao longo das últimas décadas, as ações voluntárias têm passado por muitas transformações, gerando assim valiosos recursos humanos para o convívio democrático no enfrentamento dos problemas, onde o governo não pode ser o único responsável pelas mazelas sociais. Sabemos também, que políticas e programas assistencialistas ajudam muito, mas não eliminam o ônus da pobreza. É preciso chamar os demais atores sociais e econômicos para ajudarem na redução das disparidades e promover o desenvolvimento econômico; robusto e sustentável.

Segundo Todaro e Smith (2006), desenvolvimento econômico deve ser visto como um processo multidimensional envolvendo substanciais mudanças nas estruturas sociais, nas instituições, assim como na aceleração do crescimento econômico, na redução da desigualdade e na erradicação da pobreza.

A partir do final dos anos 1980, com a reformulação do Estado e da Constituição Federal, os programas sociais têm propiciado fortes mudanças sociais, entretanto, somente a partir dos anos 1990, muitas ações voluntárias começaram a substituir os paliativos fornecidos pelo Estado, primeiramente em termos locais com belas propostas locais e alternativas eficientes. Assim, a partir de novas propostas de desenvolvimento, onde se procura identificar e explorar as oportunidades locais para os desafios do cotidiano.

São essas formas de iniciativas é que tem dado uma espécie de fortalecimento para algumas regiões brasileiras, até então afastadas do chamado crescimento robusto e sustentável. Na verdade, são várias as discussões relativas à responsabilidade social empresarial, onde a nossa proposta é discutir sobe a questão do trabalho voluntário, analisar as relações entre o voluntariado e o comprometimento organizacional e, além disso, fazer uma ligação com o novo modelo de gestão empresarial que privilegia responsabilidade social e cidadania corporativa.

Apesar do termo ser utilizado para designar as ações positivas de muitas empresas, porém em muitos casos o que se constata é a propaganda enganosa, pois apesar os números nos chamados balanços sociais, muitas pessoas, comunidade e regiões ainda parecem distantes deste crescimento robusto e sustentável. O que não fica claro é a questão deste afastamento, onde no Brasil recheado de vários Brasis, muitos parecem nem existir como é o caso de vários municípios do Vale do Jequitinhonha, localizado no nordeste do Estado de Minas Gerais.

Nas últimas três décadas, uma série de estudos sobre desenvolvimento local foi apresentada pela literatura internacional e nacional. À luz de todos esses trabalhos, as disparidades regionais e a concentração espacial da renda e da produção existentes em vários estados brasileiros motivaram várias pesquisas que, em sua maioria, evidenciaram a ocorrência de um processo de redução das disparidades de renda em sua dinâmica econômica, onde os projetos chamados “sociais” parecem proliferar.

Vale lembrar que desenvolver projetos sociais é também desenvolver estratégias de marketing com base em ações sociais em conjunto com a sociedade que esta sendo assista, não pode der mão única. Neste sentido, somente uma iniciativa de parceria entre Estado e sociedade pode mudar as condições das localidades mais necessitadas: o desenvolvimento local integrado e sustentável. A idéia é estimular o surgimento de comunidades sustentáveis que caminhem com as próprias pernas, dependendo cada vez menos do governo.

O Estado de Minas Gerais está localizado na Região Sudeste, região mais rica do Brasil; possui uma vasta área territorial, sendo o quarto maior estado do país, apresentando-se entre as economias mais dinâmicas do país, com taxa de crescimento acima da média nos últimos anos. Entretanto, parte dessa região, o Vale do Jequitinhonha, foco desta pesquisa, convive seriamente com a ausência dos investimentos públicos e privados.

O Programa de extensão Pólo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha, com dez anos de existência é um dos programas de maior impacto social desenvolvido pela Universidade Federal de Minas Gerais e que beneficia milhares de habitantes, por meio de diversos projetos nas áreas de cultura, educação, geração de ocupação e renda, meio ambiente, saúde e desenvolvimento regional no Vale do Jequitinhonha, que é a quarta região mais carente do Brasil em termos de IDH. Vale lembrar que dois fatores foram essenciais para a presença da UFMG na região, primeiro a situação socioeconômica da região; segundo, principalmente a partir do final dos anos 1990, o que não é nenhuma coincidência ou justificativa com o aumento da responsabilidade social no Brasil.

Segundo Franco (2003), o desenvolvimento local é o processo dinamizador da sociedade local, mediante o aproveitamento eficiente dos recursos endógenos existentes em uma determinada zona, capaz de estimular e diversificar seu crescimento econômico, criar emprego, sendo

resultado de um compromisso pelo qual se entende o espaço como lugar de solidariedade ativa, o que implica mudanças de atitudes e comportamentos de grupos e indivíduos.
Fischer (2002) ao defender o conceito de Moura (1998) afirma que o modelo de desenvolvimento adotado nos últimos 400 anos encontra-se hoje em processo de mudanças de paradigma, tendo em vista a crise ambiental e o aumento da miséria em vastas regiões do planeta.

2- Referencial Teórico

Em se tratando de um artigo que procura a validação empírica de uma pesquisa de campo sobre uma abordagem em torno de responsabilidade social local, fez-se necessária uma discussão teórica, onde o resgate da cidadania e da verdade se fez necessário.
O tema intitulado voluntariado ganha cada vez importância e atualidade, sobretudo nos países em desenvolvimento, onde se percebe a incapacidade dos governantes de solucionar os problemas sociais frente à corrupção e a escassez de recursos disponíveis. Neste contexto, o que se vê são os projetos e ações sociais da iniciativa privada como forma de somar esforços com os dois setores.
No Brasil o trabalho voluntário é regido por lei e foi definido pela Lei 9.608 de 18/12/1998 como a atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social. Segundo a Lei que o regulamente, o serviço voluntário não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim. (FRANCO, 2003).
Entretanto, é inevitável que surjam as velhas questões sobre relacionamento entre gestão quando esta parece distante do paradigma meramente econômico Segundo definição das Nações Unidas, *"o voluntário é o jovem ou o adulto que, devido a seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, às diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem estar social, ou outros campos".*
O voluntariado muitas vezes é entendido como movimentos sociais e também como sendo a doação pelos cidadãos de tempo, trabalho e talento para causas de interesses sociais e comunitários, que está crescendo paulatinamente e passando por profundas transformações, quando na verdade são vários os movimentos e estes precisam ser abrangentes.
Segundo Scherer-Warren (1996: p.51),

> *"os movimentos sociais não podem ser pensados, apenas, como meros resultados da luta por melhores condições de vida, produzidos pela necessidade de aumentar o consumo coletivo de bens e serviços. Os movimentos sociais devem ser vistos, também, como produtores da história, como forças instituintes que, além de questionar o Estado autoritário e capitalista, questionam, com sua prática, a própria centralização / burocratização tão presentes nos partidos políticos".*

Conforme Silva (2001: p. 136-7), *"não basta defender os pássaros ou as árvores, nem alertar para a contaminação dos alimentos e do meio ambiente. É preciso ir mais além e discutir o porquê das coisas; mostrar toda a relação entre os problemas ecológicos e a sociedade em que estes ocorrem".*
Ainda segundo Scherer-Warren (1996), uma das alternativas para melhorar a eficiência destas organizações do terceiro setor é a criação de redes sociais. A idéia de rede implica na possibilidade de integração da diversidade. É a articulação eficiente entre diferentes organizações sociais, que poderão multiplicar iniciativas, gerenciando a segmentação e otimizando trabalho e recursos. Na verdade, rede social é um sistema de interconexões capaz de organizar pessoas e instituições, de forma igualitária e democrática, em torno de um objetivo comum, como no caso o desenvolvimento local no Vale do Jequitinhonha.

Em relação ao voluntariado, muitas ações têm sido implementadas, porém estas não conseguem resolver os problemas do país, ou seja, por meio do serviço voluntário, é possível participar de muitas propostas, mas não pode assumir o papel do governo e sim complementá-lo. Também, é necessário que as pessoas reconheçam os ganhos dos esforços comunitários, é preciso ter consciência de que todos fazem parte de um sistema e que a união faz a força.

Com o objetivo de produzir conhecimentos comprometidos com a transformação das condições de pobreza, que caracterizam essa região. A proposta deste artigo é tentar apresentar o contexto no qual o problema se insere, a população da pesquisa, os recursos financeiros empregados, os benefícios alcançados, as dificuldades na implementação e a gestão atual destes. Segundo Fachin (2001), as duas abordagens, qualitativa e quantitativa, têm vantagens e desvantagens. A perspectiva quantitativa geralmente produz conclusões objetivas e pode ser facilmente generalizada para uma população maior. Por outro lado, ela simplifica fenômenos sociais de natureza complexa e seus métodos são rígidos. Portanto, seu uso é adequado quando o problema a ser analisado é conhecido e perguntas específicas podem ser elaboradas. Diferentemente, a metodologia qualitativa pode explorar questões desconhecidas muito melhor; analisar fenômenos complexos, muito comuns em Ciências Sociais; e compreender como as pessoas vêem suas vidas.

A importância das pesquisas em gestão social e desenvolvimento local se constatam pelo aumento da tendência dos projetos de cunhos sociais, culturais e ambientais em diferentes lugares no cenário internacional. Assim, as experiências e conhecimentos acumulados nos últimos anos desta cooperação serão imprescindíveis para o sucesso.

Na verdade, os debates sobre modelos de desenvolvimento sempre foram marcados pelo questionamento da idéia posta pelos economistas clássicos e neoclássicos, baseada na utilização e na taxa de crescimento dos fatores de produção: capital, trabalho, recursos naturais e tecnologia. Assim, sob o argumento desses, o referencial de desenvolvimento é sempre o modelo capitalista industrial de produção e seus parâmetros de crescimento.

Dessa forma, o desenvolvimento local se apresenta como uma das diretrizes difundidas mundialmente para enfrentar as mazelas das desigualdades. Neste contexto, pobreza, analfabetismo e exclusão estão presentes especialmente nos países que compõem a periferia do capitalismo. Assim, a sustentabilidade do desenvolvimento e a redução da pobreza começam a ser alvo de preocupações, o que tem levado cientistas, lideranças e representações da sociedade global e local a repensar as teorias, as políticas e as estratégias de desenvolvimento econômico.

Segundo Silva (2009), desenvolvimento implica em uma revolução do pensamento, mudança de mentalidade, transformação do conhecimento e das práticas educativas para construir um novo saber e uma nova racionalidade que orientem a construção de um mundo de sustentabilidade, de eqüidade e de democracia em busca de uma forma de desenvolvimento que deve emergir de forma endógena, (de dentro para fora), onde os atores locais devem gerenciar seu próprio desenvolvimento, porém não excluindo a participação de agentes externos que poderão discutir melhores fórmulas e alternativos para garantir o sucesso dos projetos.

Parte-se do princípio que já é consenso de que não é possível discutir o conceito de desenvolvimento local sem referência a modelos de desenvolvimento, conceitos de arranjos e sistemas produtivos locais, participação e solidariedade, produção e competitividade, alianças e parcerias, empreendimentos alternativos, dentre outros, que se articulam e reforçam mutuamente, ou que se opõem frontalmente.

Na verdade, muitos economistas, segundo Sachs (2000), previam um crescimento das forças de produção, que geraria um processo amplo e completo de desenvolvimento; estendendo-se espontaneamente para todos os domínios da atividade humana e o que se verificou foi uma crise social; acirrando as desigualdades de distribuição de renda e desfrute das condições de bem-estar.

No caso brasileiro, a crise social atual é expressa, especialmente, no aumento significativo do desemprego de caráter estrutural, uma vez que os investimentos que gerariam novos empregos

foram direcionados para as atividades produtivas e poupadoras de mão-de-obra. Isso significa a reconfiguração dos padrões de produção que são reforçados pela internacionalização dos fluxos de capital e pela redefinição das relações de mercado. (MOURA,1998).

De acordo com Brito & Zapata (2004),

> ***"****o conceito de desenvolvimento local se apóia na idéia de que as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escalas não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento. A existência de um sistema produtivo capaz de gerar rendimentos crescentes, mediante a utilização dos recursos disponíveis e a introdução de inovações, garante a criação de riqueza e a melhoria do bem-estar da população local".*

As experiências brasileiras de desenvolvimento econômico planejado, nas últimas décadas, em âmbito nacional e regional, mostram que raramente as mudanças sociais acompanham o ritmo, a direção e a amplitude das mudanças econômicas. Em geral, tem sido elevado o "custo social" imposto à população, quando se colocam em prática os planos e programas econômicos que o poder público apresenta como meios de aceleração do progresso, em sentido amplo.

De acordo com Arns (2003),

> *"o modelo econômico neoliberal, atualmente em vigor e ainda hegemônico em nível mundial, que é baseado no princípio da eficiência, no objetivo de maximizar o bem-estar econômico, e na presença do "Estado mínimo" - passa a ser questionado, inclusive pelas Nações Unidas, que tem defendido um novo paradigma de desenvolvimento, centrado no ser humano, e que tem como princípio a eqüidade, como objetivo a ampliação das oportunidades e capacidades, buscando o desenvolvimento sustentável".*

Segundo Martins (2002), desenvolvimento local é a organização comunitária em torno de um planejamento para o desenvolvimento, por uma perspectiva de construção social, consistindo assim em um instrumento fundamental, de caráter orientador e condutor, de superação da pobreza. Não se trata, contudo, de buscar tão somente atendimento às carências materiais, mas à identificação e a promoção das qualidades, capacidades e competências existentes na comunidade e no lugar.

Os novos modelos de desenvolvimento não podem ser cópias do passado, pois o avanço econômico deve implicar, também o avanço social, devem chamar a participar toda a sociedade, pois esta dimensão é especialmente trabalhada no que tange ao fortalecimento dos vínculos sociais, afetivos e comunitários, animando as comunidades no exercício de diagnosticar suas realidades e projetar visões de futuro com base em seus talentos e ativos sociais.

Muitas vezes, o desenvolvimento pode ser entendido como sinônimo de progresso, ampliação quantitativa dos recursos de produção, ou seja, uma concepção criticada pela sua superficialidade por ser formada apenas pelo crescimento econômico por meio da maximização da produção e pela modernização tecnológica, em que ambos se estimulam mutuamente. Dessa forma, seria dúbio tentar definir rigidamente a idéia de desenvolvimento.

De acordo com Franco (2002, p.53),

> *"desenvolvimento local, todavia, não equivale a geração de emprego e renda, não obstante tem sido esta a tônica de grande parte dos projetos (não raro, práticas sem fundamento teórico) que levam a rubrica de desenvolvimento local. O desenvolvimento local deve ser uma ação de enfrentamento real às piores manifestações de pobreza, objetivando a igualdade de opções e não de renda".*

Segundo Arns et al (2003), a inserção econômica e social das populações carentes é um grande desafio para os governos e sociedade. Na entanto, os meios e instrumentos para viabilizar essa inserção são de difíceis avaliações. Em nível conceitual, muitos consensos estão surgindo quanto às estratégias que levem nessa direção, como participação, autonomia, descentralização,

integração de ações e controle social. No entanto, o desafio maior é transformar tudo em ação, em prática com o apoio dos três setores.

Segundo Dowbor (1995), as possibilidades de atuação de cada governo são condicionadas pela estrutura social e pela organização econômica local, existindo uma diferenciação muito grande de cidade para cidade, em função do porte e da complexidade das relações sociais, não só no sentido econômico, mas de representação, participação e decisão. Qualquer política de geração de emprego e renda precisa estar fundamentada na formulação de um projeto de desenvolvimento baseado na realidade local e, em função dela, estabelecer as áreas de trabalho prioritárias.

Rodrigues (2000) afirma que desenvolvimento não pode ser empregado como sinônimo de crescimento, nem tampouco regular distribuição da riqueza, lembrando que "a economia não é tudo sem eficácia social". Na verdade, os modelos de desenvolvimento com foco na localidade e a articulação entre instituições de diferentes naturezas implicam reconhecer um palco mais ou menos delimitado onde diferentes atores protagonizam jogos de poder, constituindo, assim, a noção de poder local.

Segundo Fischer (2002),

> "*esta noção remete as relações de forças, por meio das quais se processam alianças e conflitos entre os atores sociais, bem como a formação de identidades e políticas de gestão especificas".*

Os novos modelos de desenvolvimento local implicam participação de toda a sociedade, pois os resultados da globalização são: o nivelamento por baixo em termos de salários e assistência social governamental, que resultarão na pauperização e da desigualdade social, que por sua vez são atribuídas às diferenças regionais, com ausência notória de investimentos e infraestrutura básica capaz de atender as necessidades também básicas dos habitantes. Os reflexos sociais são de que cada vez mais as desigualdades estão-se acentuando. A distribuição de renda sta cada vez mais deteriorando e aumentando o número de pobres e desajustados em praticamente todos os países.

De acordo com Dowbor et al (1999), o desenvolvimento local exige a participação e o engajamento do poder público, das empresas e das organizações da sociedade civil num modelo de gestão integrada de políticas públicas de forma articulada entre as diversas instâncias (federal, estadual e municipal) e áreas do Governo. Trata-se de novos mecanismos que exercitem o novo paradigma da relação entre Estado e sociedade (articulação, descentralização, parceria, transparência, controle social, participação). Já não se trata mais de escolher entre o Estado e o privado, entre o social e o econômico. O conceito-chave não é escolha e sim articulação.

Os resultados positivos das ações para o desenvolvimento dependem, inicialmente, de uma atitude de integração e de compromisso com o desenvolvimento local por parte de todos os atores. É essa postura que possibilitará articular a mobilização das capacidades locais, alterando a dinâmica social. No entanto, a conexão e a integração por compromissos ou propósitos comuns podem até alterar a dinâmica local, mas não eliminam o poder das organizações locais, que são detentoras de conhecimento, experiência e cultura.

3- OS Procedimentos Metodológicos

Nesta pesquisa foi desenvolvido um estudo qualitativo de caráter exploratório-descritivo acerca do projeto Pão Forte gerido pela Universidade Federal de Minas Gerais no Vale do Jequitinhonha, a qual por meio do Programa de Integração no Vale do Jequitinhonha vem desenvolvendo atividades de investigação e promoção social em quase toda a região.

Segundo Silva (2009), o Programa Pólo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha, com dez anos de existência, é um dos programas de maior impacto social desenvolvido pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e beneficia milhares de habitantes por meio de

diversos projetos nas áreas de cultura, educação, meio ambiente, saúde e desenvolvimento regional e geração de ocupação e renda no Vale do Jequitinhonha,

De acordo com Kowarick (2001), a análise qualitativa se torna a mais indicada quando o que se objetiva é a compreensão do fenômeno, de uma forma ampla e em sua complexidade. E ainda, o emprego de métodos qualitativos pode garantir redimensionamento da investigação, possibilitando vantagens em relação ao planejamento integral e prévio de todos os passos da pesquisa. Entretanto, inicialmente, foi feito um levantamento bibliográfico, o qual contribuiu com informações fundamentais para a construção do presente estudo.

A pesquisa de campo foi realizada nos municípios de Chapada do Norte, Francisco Badaró e Felício dos Santos, todos com população inferior a 20.000 mil habitantes, sendo que a maioria dos habitantes mora na área urbana, porém desenvolve atividades no espaço rural. Nesse contexto, foram entrevistadas trinta pessoas, envolvendo gestores da UFMG, líderes comunitários e secretários municipais. Esta escolha fundamenta-se nos baixos indicadores sócio-econômicos medidos pelo IDH apresentados por estes municípios antes da implantação do projeto, o que possibilita identificar mudanças, provavelmente induzidas pelas ações do projeto.

O principal objetivo, na maioria das entrevistas, não foi obter somente informações específicas a respeito dos projetos, mas saber o que achavam os diferentes atores sociais, envolvidos diretos e indiretamente, sobre resultados do projeto escolhido para a investigação. Além das entrevistas frente à escassez de bibliografia específica sobre a região do Jequitinhonha, foi realizado, também, um extenso trabalho de análise nos bancos de dados disponíveis na Internet sobre os Programas da UFMG.

Sobre a entrevista, Diehl e Tatim (2004) ressaltam que esta técnica é importante, pois permite obter informações que não puderam ser encontradas somente em registros ou fontes documentais, desta forma é possível utilizar-se das respostas obtidas para construir conhecimento a respeito dos aspectos relacionados aos objetivos da pesquisa proposta. Segundo os autores, além de valorizar a presença do investigador e proporcionar que o sujeito da pesquisa tenha liberdade e espontaneidade e assim enriqueça a investigação. A entrevista, de acordo com Silva (2001), consiste no desenvolvimento de precisão, focalização, fidedignidade e validade de certo ato social, como a conversação. Para Minayo (2000), a entrevista, como fonte de informação, fornece dados primários e secundários, referentes a fatos, opiniões, maneiras de atuar, conduta e razões, conscientes ou inconscientes.

Foram aplicados questionários, com perguntas abertas e fechadas às lideranças comunitárias, gestores dos projetos e representantes das secretarias municipais. Foi realizada, também, uma análise dos indicadores sócio-econômicos dos municípios com base no IDHM, cujo objetivo foi delinear a moldura sócio-econômica, na qual ocorreu o processo de mudanças em estudo.

Segundo Godoy (1995),

> *"a fase de coleta e análise dos dados é de grande importância na elaboração da pesquisa científica, portanto, é necessário manter alguns cuidados para que se possa garantir a fidedignidade dos resultados".*

A coleta e análise das informações e opiniões dos agentes sociais locais permitiram: identificar os benefícios que os projetos propiciaram nos municípios; descrever o perfil sócio-econômico dos beneficiados pelos projetos; compreender os problemas das comunidades; diagnosticar os problemas relativos à gestão dos projetos; descrever a evolução dos projetos e as expectativas dos beneficiários em relação à sua continuidade.

4- Análises e Resultados

O Vale do Jequitinhonha localizado no nordeste do estado de Minas Gerais ocupa uma área equivalente a 14% da área total do estado é formado por três regiões distintas: Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha. Segundo o IBGE, a região é considerada homogênea a partir do conjunto

das diversas realidades contidas num mesmo espaço. Na região, a pobreza já foi destaque em vários noticiários; alguns destacando a pobreza relativa, outros a pobreza absoluta.[1]

No Vale do Jequi, como é conhecido, apresenta uma população de 1.097 milhões de habitantes, com sérios desníveis sociais. Conforme dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), a população é formada por 58% do sexo feminino e 42% do sexo masculino. Dos oitenta e cinco municípios que formam o Vale do Jequitinhonha, os nove maiores municípios abrigam 30% da população, vinte e oito municípios possuem população entre 10.000 e 30.000, representando 43% da população total e os municípios com população inferior a 10.000 representam 27% da população.

A região do Jequitinhonha mesmo cercada por diversas serras, banhada pelo rio Jequitinhonha e diversos afluentes hoje, sente os reflexos da exploração e do assoreamento dos leitos do rio e dos seus afluentes pelos garimpeiros à procura das pedras preciosas. Segundo Carvalho (2003), no Vale do Jequitinhonha, os problemas ambientais têm estreita ligação com a existência de um ambiente frágil...

> (...) *quanto às limitações do quadro natural, esta região tem problemas de seca constante; seus rios são afetados por processos erosivos originados por causas naturais (declividades e características climáticas) e antrópicas (atividades de mineração e agropecuárias). A garimpagem, por exemplo, é feita nos terraços fluviais, provocando o assoreamento dos cursos d'água.*

Na região, 31 municípios representando o Médio Jequitinhonha pertencem ao polígono da seca, representando 37.194 Km^2, que integravam a área de atuação da antiga SUDENE. Em toda a região, atua a CODEVALE (Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha) abrangendo a área total de 90.441 Km^2.[2] O Vale do Jequitinhonha é caracterizada pelo IBGE como semi-árida, predominam quatro tipos de clima: tropical, semi-árido, tropical chuvoso e inverno seco. A pluviometria oscila entre a mínima de 279 mm e máxima de 1.532 mm. O relevo da região é caracterizado por três feições principais: Região das Serras (28%); Região das Chapadas (53%); Região dos Planaltos (19%).

Quadro 1: O Vale do Jequitinhonha em números

Área: 79 mil quilômetros quadrados
População: 1,1 milhões de habitantes
Analfabetismo: 12%
Média de estudo: 3 anos
Coeficiente de mortalidade infantil: 36,43
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH 2005): 0,65

Na região, a desigualdade interna, ou seja, entre os municípios é comprovada com a existência de dezesseis municípios com população inferior a 5.000, representando 6% da população total e são integrantes dos "bolsões de miséria", cujos dados do IDH em 2005, não ultrapassam a média de 0,65.

Análises de dados fornecidos pela Fundação João Pinheiro (2005) apontam que os desmatamentos e a degradação nas cabeceiras do rio Jequitinhonha e dos seus afluentes, bem como as plantações homogêneas e prolongadas estiagens, são fatores que contribuem também para a pobreza da região e promovem, a cada ano, o panorama de desemprego, alto índice de mortalidade infantil, analfabetismo e migração. Em alguns municípios existem apenas as roças de subsistência e a maior parte da renda vem das aposentadorias e salários dos funcionários públicos e dos militares.

[1] Segundo Marx, pobreza relativa indica quando o indivíduo possui o mínimo para viver, mas não possui os meios necessários para viver de acordo com a área inserida.

[2] A CODEVALE foi criada em 1962, a partir dos projetos da SUDENE.

O Pólo de Integração no Vale do Jequitinhonha é um programa de desenvolvimento regional que tem se mostrado mais eficaz e consistente do que tentativas anteriores de reduzir a pobreza da região. O Pólo age em parceria com a sociedade, em pequenas ações locais que se transformam em um grande movimento de promoção da riqueza material e cultural já existente no Vale. Neste contexto, são desenvolvidas ações de pesquisa, extensão, de ensino de graduação e pós-graduação relacionadas aos projetos, buscando implementar uma abordagem integrada de diferentes metodologias e linhas de ações, visando melhorar as condições de vida dos moradores. Segundo Paulo Roberto Santos, um dos gestores do Programa, para o Pólo Jequitinhonha,

> *"ajudar a desenvolver uma região como o Vale, demanda que os projetos e áreas estejam sempre em sintonia, interligados por ações que resultem em melhorias gerais... Acima de tudo, é prioridade manter o diálogo constante e intenso entre a universidade, a população e a administração regional... É papel da universidade pública dar respostas e soluções que beneficiem a sociedade e possam contribuir para a formação de populações mais conscientes e autônomas".*

De acordo com Maria das Graças Antão, professora em Chapada do Norte:

> *"sabemos que o Programa da UFMG vem tentando reduzir os problemas de muitos municípios do Vale a partir da parceria com a população, mas o primeiro passo para a redução dos impactos dos problemas mais graves será a prevenção e os demais passos serão dados a partir da conscientização dos moradores.*

O Pólo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha aglutina 38 projetos de pesquisa, ensino e extensão direcionados para as comunidades de 52 municípios nas microrregiões do Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha. No início de 2002, o Pólo Jequitinhonha foi reorganizado e redimensionado, pois abrangia muitos municípios da região. Atualmente, o programa procura concentrar-se nas regiões mais carentes, desenvolvendo ações de desenvolvimento regional, geração de emprego e renda, promoção cultural, meio ambiente, saúde e educação. O Programa utiliza uma metodologia baseada no conceito de desenvolvimento local sustentável por meio das parcerias com os atores sociais locais e contam com a participação de estudantes e de professores da UFMG.

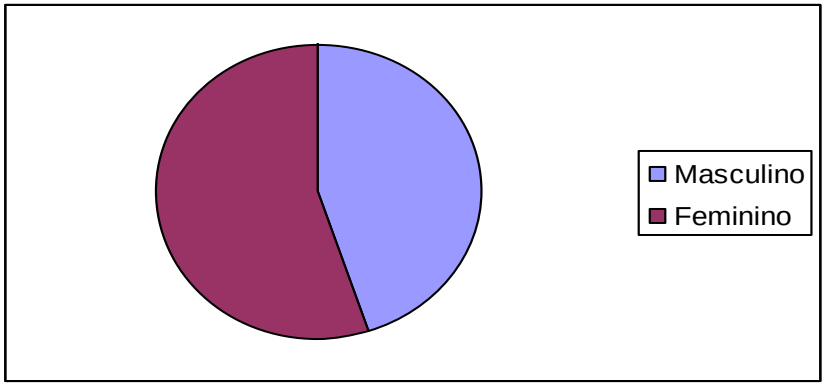
A maioria dos projetos do Programa Pólo do Jequitinhonha são financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e outros apoiadores da UFMG, que são as prefeituras e empresas locais. Também, apoiados nas leis de incentivo à cultura, a UFMG busca recursos financeiros por meio de projetos específicos; junto às entidades públicas e privadas. Nesse sentido, estabelecem-se parcerias e projetos interinstitucionais de forma a viabilizar uma série de ações e programas nas áreas da cultura, da arte, do patrimônio material e imaterial.

Outros recursos financeiros para funcionamento dos projetos geridos pela UFMG são obtidos por meio de convênios firmados com órgão federais e estaduais de fomento, e pelos municípios das cidades-sede dos projetos. O Vale do Jequitinhonha também se beneficia da Lei de Repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sancionada pelo governador desde janeiro de 1997, o que significa mais recursos para os municípios do Vale. A lei prevê que as áreas mais carentes do estado sejam beneficiadas com maior volume de recursos.

Outra solução de emergência foi incluir os 85 municípios da região do Jequitinhonha entre os beneficiados pelos subsídios da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que representará em torno de 30% de todo orçamento da região, que serão destinados ao desenvolvimento de arranjos produtivos locais. Na área de Meio Ambiente, a UFMG firmou convênio, em 2004, com o Governo de Minas Gerais para realizar tratamento de lixo em vários municípios da região.

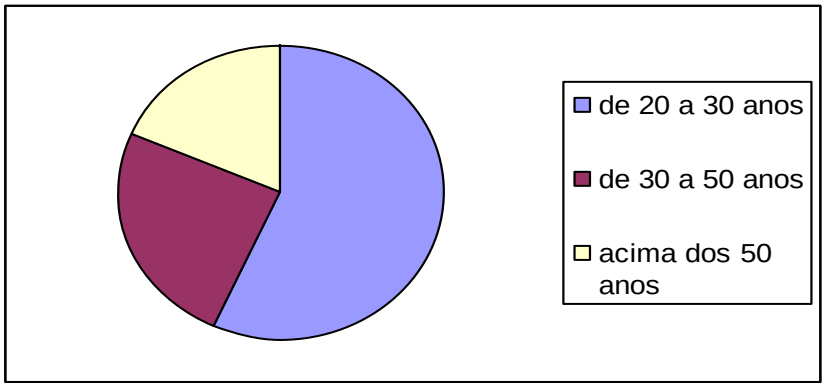
A pesquisa concentrou-se na avaliação do projeto a partir das informações dos atores sociais. Além das entrevistas, foram aplicados sessenta questionários, o que permitiu o diagnóstico e perfil sócio-econômico dos entrevistados nos municípios selecionados. Estes possibilitaram, também, elaborar alguns gráficos para uma melhor apresentação das informações coletadas.

Gráfico 1: Amostras dos entrevistados



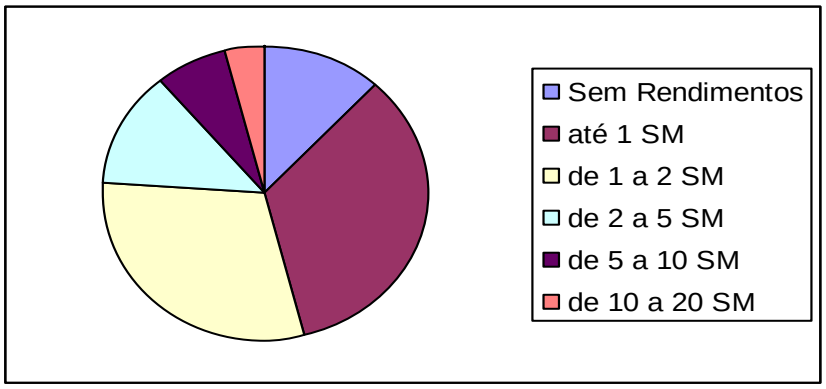
De acordo com o gráfico 1, a maioria dos entrevistados é do sexo feminino com 56 % e 44 % corresponde ao sexo masculino, fato este que é respondido pelas migrações dos chefes de famílias. Por outro lado, é grande a participação das mulheres nas ações voluntárias. Atualmente, no Vale do Jequitinhonha, somente os homens e filhos do sexo masculino é que colocam os pés na estrada em busca do sonho de conquistar uma fonte de renda.

Gráfico 2: Faixa etária dos entrevistados



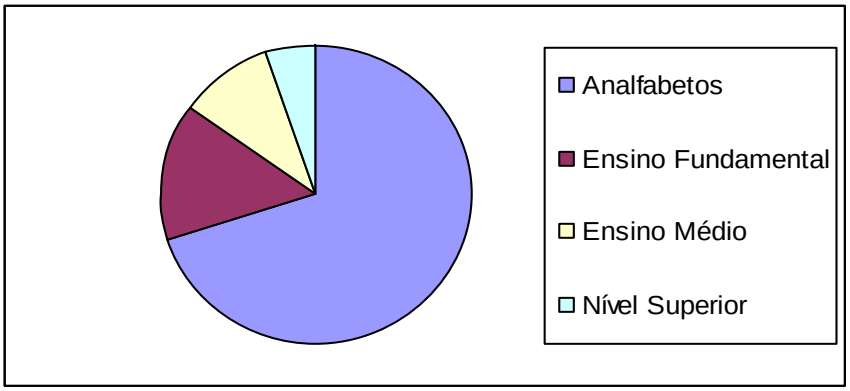
A partir dos dados do gráfico 2, podemos perceber que os entrevistados com idade entre 20 e 30 anos representam mais de 70 %, cuja justificativa é a conscientização da participação jovem, que as comunidades necessitam e para eles a esperança de uma vida melhor, principalmente a partir dos estudos.

Gráfico 3: Rendimentos dos entrevistados



Do ponto de vista econômico, as principais atividades econômicas dos municípios pesquisados são baseadas em sua maioria na produção agrícola de subsistência, em que predominam a ausência de rendas e os baixos rendimentos. Os demais são comerciantes, funcionários públicos, professores e aposentados, apresentados no gráfico 3. Parte dos entrevistados afirma que não havendo possibilidades de emprego a solução é partir para os cortes da cana no sul do país. A profissão mais rentável entre os chefes de famílias entrevistados é a de ajudante de pedreiro.

Gráfico 4: Nível de Escolaridade



De acordo com o gráfico 4, podemos ver que 70% dos entrevistados são analfabetos, enquanto que o ensino fundamental ainda está muito abaixo das metas dos projetos. No caso dos concluídos no ensino médio, todos os entrevistados afirmam que conseguiram tal êxito nas cidades maiores do Vale do Jequitinhonha ou no Vale do Mucuri. Os entrevistados com nível superior são os gestores dos projetos.

4.1- Projeto Pão Forte e Educativo: Saúde, Nutrição e Educação

O Projeto Pão Forte surgiu em 1997 como uma atividade de extensão da Universidade Federal de Minas Gerais, por meio de pesquisa, fórmulas e alimentos que pudessem minimizar a subnutrição infantil brasileira. O projeto Pão Forte foi implementado no Vale do Jequitinhonha em 1999 para dar suporte alimentar às crianças desnutridas das famílias carentes.

O Pão Forte é um composto alimentar de alto teor nutritivo, que é aplicado, também, como instrumento para o desenvolvimento de atividades educacionais em locais de atenção à criança em risco social, dando ênfase às creches e escolas de modo a repassar conhecimento sobre nutrição, saúde e educação para as crianças, pais e demais pessoas assistidas. Em 2003, este projeto recebeu o prêmio de Projeto Social do Banco Real, coordenado pela Universidade Solidária (UNISOL).

Este projeto foi escolhido por que seus objetivos são de eliminar e/ou reduzir os problemas sociais mais prementes que atingem os municípios escolhidos. Outro critério da seleção foi o de privilegiar os projetos já implementados nos municípios do Médio Jequitinhonha, definidos com o “lócus” da pesquisa. Trata-se de uma atividade de extensão da Universidade Federal de Minas Gerais, que pesquisou fórmulas e alimentos que pudessem minimizar a subnutrição infantil brasileira. Até então, o pão forte estava presente apenas nos municípios da Grande Belo Horizonte, porém, hoje, atende diversas cidades e municípios mineiros, dentre eles os municípios do Vale do Jequitinhonha.

Segundo o Coordenador do projeto,

> *"este projeto está beneficiando 13.500 crianças no estado de Minas Gerais, nas regiões da Grande Belo Horizonte, Vale do Jequitinhonha, Contagem, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, entre outras".*

4.2- As Metas do Projeto

O Pão Forte Educativo é aplicado como instrumento para o desenvolvimento de atividades educacionais em locais de atenção à criança em risco social, dando ênfase às creches e escolas de modo a repassar conhecimento sobre nutrição, saúde e educação para as crianças, pais e demais pessoas assistidas. O projeto que atende a mais de 1.300 crianças nos municípios pesquisados já beneficia cerca de 13.500 crianças e famílias no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil. A iniciativa visa suprir as deficiências alimentares, reduzindo a mortalidade e a desnutrição infantil.

Segundo Maria do Socorro da Penha, nutricionista voluntária em Felício dos Santos:

> *"O pão forte é uma síntese da cesta básica tradicional, só que em forma de farinha. Contém: arroz, soja, fubá, farinha de trigo, amendoim, açúcar, óleo, sal, ferro e vitaminas A e B12".*"Nas creches conveniadas, o uso do Pão Forte chega atender quase todas as crianças das comunidades, desde que cadastradas".

Segundo o Coordenador do projeto:

> *"Nosso objetivo é expandir essa idéia para todo o país. Estamos propondo que sejam planejadas ações solidárias e integradas com prefeituras e órgãos governamentais, ONGs e empresas. Além disso, que sejam elaborados sistemas de acompanhamento dos projetos e criados mecanismos de forma que as monitoras das creches e das escolas e os pais das crianças atuem como agentes comunitários, repassando conhecimentos sobre nutrição, saúde e educação".*

O projeto abrange, também, o fornecimento para o programa de alimentação escolar desses municípios, que atende a milhares de alunos com duas refeições diárias em média, podendo chegar a quatro nos casos em que os alunos vêm de lugares mais distantes da zona rural.

4.3- Os Parceiros e Recursos do Projeto

O projeto iniciou-se numa parceria do INDEC - Instituto de Cidadania dos Empregados do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). São também parceiros desse projeto, a COEP-MG, secretarias municipais de Saúde, Meio Ambiente, Educação e Ação Social dos Municípios, Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC), EMBRAPA, Fundação Ezequiel Dias (FUNED), EMATER (Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural), (SIM) Serviço Inspeção Sanitária Municipal, diversas padarias e creches e algumas empresas de assistência técnica.

Segundo o coordenador do Projeto,

> *"parceria não é só questão de dinheiro, mas também o interesse das instituições em incentivar, de serem verdadeiros multiplicadores do processo".*

Os recursos do Projeto Pão Forte em sua maioria são oriundos das parcerias da UFMG com o Governo Federal, Secretarias Municipais, Fundações, Universidades particulares, empresas e órgãos de fomento. O repasse de recursos federais previstos na municipalização do projeto tem sido crescente, cabendo à Prefeitura complementar o montante necessário. Outros parceiros do projeto são a Pastoral da Criança, a Associação Rural de Apoio à Infância, a Associação dos Funcionários da Fundação Oswaldo Cruz, bem como o Instituto de Pesquisas René Rachou, que também participam do projeto com a tarefa de promover a renutrição infantil.

4.4- Metodologia do Projeto

Tendo em vista que este projeto se fundamenta em uma demanda apresentada pelas comunidades e diagnosticada pela UFMG, a metodologia do projeto baseia-se, em primeiro lugar, na participação das comunidades em todas as etapas do plano do trabalho. Espera-se, assim, estimular a troca de informações e experiências entre as comunidades e as entidades envolvidas com a promoção de ações responsáveis na busca de solução para a desnutrição infantil. A UFMG contabiliza que aproximadamente mais de 900 famílias, sendo mais de 1.300 crianças, são beneficiados com este projeto. Contudo, uma caracterização mais precisa das famílias carentes fora do projeto será objeto de um levantamento a ser realizado pela equipe.

O Pão Forte é uma simplificação da cesta básica convencional sob a forma de pó (farinha). Ele contém: arroz, soja, fubá, farinha de trigo, amendoim, açúcar, óleo, sal, ferro e vitaminas A e B12. Segundo o coordenador, a expressão foi criada para tornar a imagem do alimento mais atrativa. Sua marca está no fato de ter muitos componentes, o que faz com que o nutriente que falta em um ingrediente acabe sendo encontrado em outro.

Os insumos necessários para a produção do Pão Forte vêm das doações das sobras das feiras livres, das doações dos agricultores, dos quartéis, dos conventos, armazéns, padarias dos municípios no entorno, dentre outros. A mistura farinácea é distribuída pronta para ser utilizada em forma de pão assado, cozido, angu, sopa e mingau nas diversas creches dos municípios do Vale. Nos municípios pesquisados, 1.200 crianças recebem diariamente o Pão Forte, com a coordenação de um médico da região.

Segundo Maria Aparecida Gomes, cozinheira de uma creche em Francisco Badaró:

> *O modo de preparo é muito simples, no caso da sopa basta a adição de água e fervura para em apenas dez minutos preparar uma refeição para trinta crianças. No caso do pão basta preparar a massa e observar o tempo de crescimento e fazer os pães com peso de 50 gramas e assá-los no forno quente.*

Quadro 2: Receita do Pão Forte

– 5 medidas de farinha de trigo	– 1 ampola de 60 miligramas de vitamina B12
– 2 medidas de soja em grão (inteiro) cozida	– 120 miligramas de sulfato ferroso
– 1 medida de arroz pré-cozido	– 18g de fermento de padaria
– 2 medidas de fubá	– 1 colher de sal
– 1/2 medida de açúcar cristal	– Água suficiente para a massa de pães
– 2 medidas de óleo de soja	– 2 medidas de cenoura crua ralada

Obs: Cada medida equivale a 250 gramas.
Fonte: www.ufmg.br

O quadro 2 nos mostra o valor nutricional do pão, fazendo um espécie de comparação com diversos outros alimentos. Atualmente o custo para uma criança ou adolescente ser nutrida pelo Pão Forte Educativo é de R$ 6,00 por mês.

Quadro 3: Comparativo do valor nutricional do pão forte

Pão Forte	Pão de sal	Ovos	Leite	Carne
2kg	1 caminhão	120 dúzias	55l	10kg

Jornal da Cidadania nº 124 - agosto/setembro de 2004.

4.5- Os Problemas / Dificuldades

De acordo com os entrevistados, as maiores dificuldades para desenvolver as ações iniciais desse projeto foram: construção das padarias e aquisição dos fornos e manutenção dos mesmos; retirada dos insumos nas empresas doadoras; treinamento dos padeiros e cozinheiros; cadastramento das crianças para ter direito à retirada diária do Pão Forte; promover a mudança de hábitos de consumo; dificuldades para retirada do Pão Forte; conscientizar a população dos valores protéicos do Pão Forte.
Segundo Paulo Vieira, líder comunitário em Chapada do Norte,

> *"a alimentação dos moradores é fraca e pouco variada, sendo assim, temos comunidades com deficiências vitamínicas, e em conseqüência, mais fáceis de serem atingidas por doenças tropicais, verminoses, malarias, etc., porém é muito difícil mudar hábitos de consumo em curto espaço de tempo. Há creches que preferem continuar consumindo o pão de sal, quatro vezes mais caro, por uma questão de hábito, simplesmente".*

4.6- Estratégias adotadas para a solução dos problemas

Para que os objetivos do projeto fossem alcançados, os gestores solicitaram a participação de todos os atores sociais locais nos primeiros encontros, onde as propostas foram: promover a participação de toda comunidade; identificar grupos de crianças / famílias carentes; dar sugestões e soluções para os problemas locais.
A solução inicial foi chamar os pedreiros e ajudantes das comunidades para ajudarem a construir as padarias comunitárias, que embora de pequeno porte, estavam precisando de novos fornos elétricos e manutenção, o que foi solucionada por meio das parcerias com as empresas de manutenção. Houve também as doações de tijolos, pedras, areia, cimentos e até fornos usados. As primeiras padarias ficaram prontas em poucas semanas. Muitas padarias desses municípios e das cidades do entorno se propuseram a ensinar e treinar os moradores sobre o uso dos fornos, a fabricação dos pães e outras técnicas, o que foi de grande importância.
A dificuldade do cadastramento das crianças foi solucionada com a ajuda das escolas, as quais se prontificaram a servir ao projeto e promover mudanças na merenda escolar servida. Muitas empresas (agricultores, armazéns e padarias), foram conscientizadas a fazer doações nos locais indicados pelos gestores. Houve também o esforço de combater o desperdício nas feiras, conventos e quartéis, o que passou a melhorar os alimentos das merendas das crianças carentes.
Foram promovidas palestras em várias comunidades sobre o valor protéico do Pão Forte, visando a mudança de hábitos alimentares dos moradores. Nas escolas e creches também foram promovidas mudanças na elaboração do cardápio alimentar dos alunos, garantindo a presença das crianças e um melhor desempenho em sala de aula. Nas comunidades rurais mais distantes foi proposta a retirada de uma quota de Pão Forte a cada 07 dias com a ajuda da prefeitura no transporte e distribuição.

4.7- Avaliação do Projeto

Está programada uma reunião todo final de mês na qual se discute os sucessos e dificuldades do projeto. O objetivo é promover um debate para conhecer os reais resultados. Nesse sentido, são realizadas, também, pesquisas constantes com o público interno e externo que são: gestores, moradores, diretores de escolas, alunos, líderes comunitários e empresas doadoras. Questionários são aplicados, entrevistas são feitas, sugestões e reclamações são recebidas.
Segundo o Coordenador,

> *"queremos que a comunidade local avalie o projeto de forma a assegurar a plenitude e as metas".*

Apesar das dificuldades, o projeto apresenta resultados satisfatórios. Os resultados podem ser percebidos tanto na motivação que os atores sociais têm em contribuir com o projeto, quanto na forma com que a comunidade recebe as propostas dos gestores e no número de pessoas contempladas em alguns depoimentos colhidos...

> *"no início as coisas eram meio estranhas, mas aos poucos as pessoas começaram a entender o funcionamento do projeto e aí as coisas não pararam mais. Na minha casa melhorou-se muito na ajuda com as crianças". (Antônio Valdo, 65 anos).*

A Sr. Antônio é aposentado e vive na área urbana de Francisco Badaró, mas ainda trabalha na roça para aumentar o orçamento da família.

> *"Vejo que muitas crianças que andavam pedindo esmolas nas ruas agora estão nas escolinhas e creches e isso também é bom para os pais e para toda comunidade".* (Maria Aparecida Gusmão, 32 anos).

A Sra. Maria Aparecida, desempregada, que vive com seus três filhos em Chapada do Norte, enquanto o marido trabalha no corte da cana no interior de São Paulo.

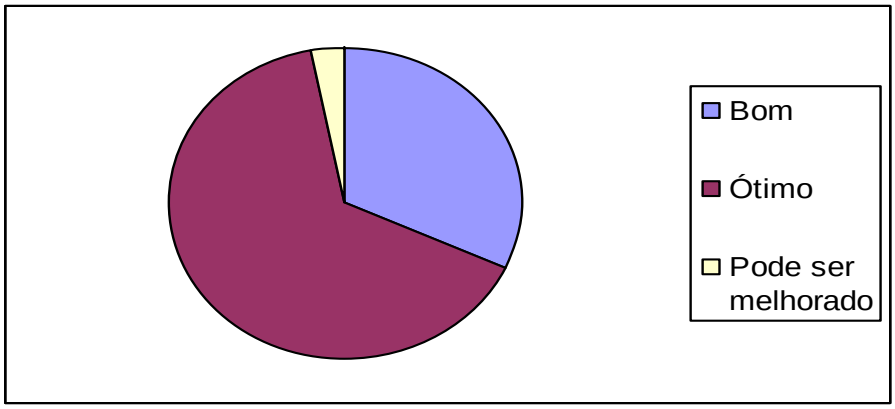
> *"Antes eu não tinha nada para levar para comer na escola, hoje cada dia é uma coisa e o que eu mais gosto é do pão que como e ainda levo um pouco para casa".* (Francisco Peralta, 12 anos).

> *"Neste projeto os maiores beneficiados são as crianças, que antes tinham sérias doenças e hoje estão mais saudáveis e aprendem com mais facilidade".* (José Ribamar, professor).

> *"Hoje, muitas famílias querem ajudar no projeto, pois já entenderam os ganhos produzidos pelas ações comunitárias. O que posso dizer é que até a prefeitura está disposta a ajudar na continuidade desse projeto".* (João Carlos Portela, secretário municipal).

> *Uma parcela significativa da população brasileira, afetada pela precarização das condições de trabalho e pela insuficiência de renda, requer uma atenção especial no que se refere à garantia de acesso a alimentos de qualidade.* (Prof. Carlos B. – Gestor do Projeto).

Gráfico 5: Avaliação do Projeto pelos entrevistados



Os entrevistados avaliaram o projeto de uma forma muito positiva, o que foi confirmado com as entrevistas. De acordo com os dados do gráfico 5, podemos ver claramente que o projeto muito pouco precisa ser melhorado. Esta questão está associada à visão de que os moradores ainda resistem à mudança dos hábitos alimentares.

5- Considerações Finais

Com o objetivo de produzir conhecimentos comprometidos com a transformação das condições de pobreza, que caracterizam essa região, a pesquisa revelou grandes resultados. Os números trazidos pelo trabalho demonstram a necessidade urgente de uma mudança no paradigma vigente da globalização. O crescimento econômico é importante e necessário, só que deve ser bem distribuído, aumentando as oportunidades de todas as populações do planeta. Nunca tivemos tamanha chance de erradicar a pobreza. Temos a tecnologia, a riqueza e a interconexão global que possibilitará a nossa transformação numa sociedade mais justa e equilibrada. Na realidade, os paradigmas da gestão social ainda serão definidos ou construídos. É uma gigantesca área em termos econômicos, de primeira importância em termos políticos e sociais, mas com pontos de referência organizacionais ainda em elaboração.

Sabemos que ainda estamos distante do desejável, uma vez que o número de empresas que se preocupam com as ações de responsabilidade social, porém os resultados das ações sociais de desenvolvimento local constituem poderosos instrumentos de inclusão social e despertam o incentivo ao empreendedorismo social por meio das parcerias com o poder público, lideranças, sociedade organizada, criando assim um ambiente favorável a novos empreendimentos, gerando ocupações produtivas de forma sustentável para os atores sociais.

Desenvolvimento local é um processo orgânico, um fenômeno humano, portanto, não padronizado, que envolve os valores e os comportamentos dos participantes. Este modelo suscita práticas e valores individuais, atitudes inovadoras, espírito empreendedor e afirma a necessidade de adoção de parcerias para mobilizar os recursos existentes, segundo as características e capacidade de cada economia e cada comunidade local.

Este modelo de desenvolvimento exige a combinação de esforços exógenos e endógenos, governamentais e não-governamentais, públicos e privados. O Estado, o mercado e a sociedade civil devem atuar em sinergia para que produza algo de realmente novo em termos de desenvolvimento. Cabe ressaltar que a garantia da sustentabilidade no tempo do processo de desenvolvimento local deve ser promovida e garantida pelos membros das comunidades envolvidas, dos princípios adotados pelo projeto e, principalmente, pela decisão de cada cidadão de se tornar sujeito da operação das mudanças necessárias a promover a melhoria de suas condições de vida.

Também, vale lembrar que promover o desenvolvimento local não significa que de um dado momento ou período, localidades que viviam em situação de pobreza darão um salto para o desenvolvimento, mas sim a promoção da conscientização e do aumento da capacidade dos habitantes de influir nas decisões públicas, progressivamente.

A situação de pobreza extrema, que perdura há tantas décadas no Vale do Jequitinhonha vêm justificando a alocação de recursos ao longo dos anos, tanto por parte do governo quanto de agências multilaterais, fundações, entidades filantrópicas e organizações não governamentais, que já desenvolveram muitos projetos demonstrativos os quais, apesar de seus resultados positivos, carecem dos elementos necessários para alcançar escala e sustentabilidade. Estrategicamente, a idéia é gerar condições para que se aproveitem as potencialidades locais do Vale para somar forças e, assim, criar um ambiente cooperativo e promover a capacidade produtiva de toda a população.

A análise de toda documentação e entrevistas nesta pesquisa permitiu estabelecer interfaces entre as características dos projetos em cada município e as visões dos atores sociais locais. O acúmulo de experiências da UFMG na gestão de inúmeros projetos tem demonstrado que o sucesso depende, em grande parte, da colaboração entre os setores público e privado, do envolvimento direto das comunidades locais de uma maneira participativa, e do uso de tecnologias de pequeno porte como catalisadoras da mudança.

Os resultados obtidos através desta pesquisa exploratória permitiram concluir que os relacionamentos entre empresas podem assumir relevância estratégica como um recurso raro e

inimitável pelas seguintes razões: (1) os relacionamentos são únicos e específicos entre duas empresas, não podendo ser replicado em grau, intensidade para outras empresas; (2) os relacionamentos entre as empresas, são dependentes das pessoas, portanto quanto mais pessoas estiverem envolvidas nos processos em conjuntos, mais relacionamentos as empresas terão; (3) os relacionamentos são capabilities dinâmicas, sendo construídos aos poucos ao longo do tempo por diversas interações e mecanismos sendo acompanhados de intensa comunicação.

Na avaliação do projeto escolhido no Vale do Jequitinhonha, identificou-se boa percepção dos atores sociais sobre responsabilidade social e revelou-se um alto grau de interesse acerca dos conhecimentos sobre voluntariado a partir da alta participação da comunidade nas ações sociais já implantadas. Em relação ao Projeto Pão Forte Nutritivo, segundo os gestores, *"uma universidade não pode apenas fazer receita, deve ter uma participação ampliada"*. No Vale do Jequitinhonha a idéia inicial do Projeto Pão Forte foi de elaborar uma fórmula para reduzir a desnutrição infantil, mas a fórmula só deu certa, por que teve o respaldo da população local na mudança de comportamento do hábito alimentar, que compreendeu o propósito maior do projeto e agora estão alçando vôo um pouco mais alto, ou seja, estão aliando educação e alimentação nas escolas e assegurando uma educação sustentável para milhares de crianças.

Acredita-se que a pesquisa contribuiu para elucidar a situação atual dos moradores do Vale do Jequitinhonha, colocando-os dentro de uma realidade desafiadora, mas que só será alcançada por quem sabe onde está e aonde quer chegar. Também, as mudanças do projeto Pão Forte emerge como força local e constitui apenas desordem e esmagamento das nações e regiões periféricas. Como todo movimento complexo de mudança, as empresas carregam tantas dificuldades e ameaças, quanto de oportunidades. Assim, quando falamos em desenvolvimento local este não pode ser entendido esta estratégia política, mas sim como uma articulação dos movimentos sociais e como alternativa para ausência ou ineficiência do poder estatal em determinada região.

Isto é, se compartilham recursos, humanos ou materiais, para a obtenção de resultados. A viabilização da estratégia de desenvolvimento local depende também de mudanças no interior das organizações e da construção de novas institucionalidades que garantam a sua sustentabilidade.

Na verdade, durante muito tempo todo o Vale do Jequitinhonha foi esquecido pelas políticas públicas. Quase invisível, onde sua existência praticamente só era lembrada nos palanques políticos, onde se dizia que todos teriam de esperar o bolo crescer para depois reparti-lo. Os resultados foram desastrosos, nos anos 1980 toda a América Latina assistiu o crescimento da pobreza, do desemprego e da violência.

A experiência adquirida no Vale do Jequitinhonha será importante também para o estabelecimento de um grupo permanente de pesquisas em DL. Atualmente esta região é alvo das críticas e das reportagens sensacionalistas sobre as mazelas do cenário sócio-econômico brasileiro.

Em Relação à gestão da responsabilidade social, O exercício da cidadania empresarial pressupõe uma atuação eficaz da empresa em duas dimensões: a gestão da responsabilidade social interna e a gestão da responsabilidade externa. A responsabilidade social interna focaliza o público-interno da empresa, seus empregados e seus dependentes. O seu objetivo é motivá-los para um ótimo desempenho, criar um ambiente agradável de trabalho e contribuir para o seu bem-estar. Com isso a empresa ganha a sua dedicação, empenho e lealdade. Os ganhos de produtividade são enormes. A responsabilidade social externa tem como foco a comunidade mais próxima da empresa ou o local onde ela está situada. Assim, quando uma empresa atua em ambas dimensões adquire o seu status de "empresa-cidadã".

6- Referências Bibliográficas

ARNS, P. C. et al. **Desenvolvimento Institucional e Articulação de Parcerias para o Desenvolvimento Local.** *Brasília:* BNDES – PNUD - Série Cadernos Técnico, 2003.

BRITO, Socorro & ZAPATA, Tânia. **Equidade de Gênero e Desenvolvimento Local.** Brasília: Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano, 2004.
CARVALHO, Daniel de. **A Formação Histórica das Minas Gerais: Serviço de Documentação.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.
CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais.** São Paulo: Cortez, 2003.
CODEVALE - Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. **Boletim Informativo Anual.** Vol. 02. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.
DIEHL, A. Antônio; TATIM, D. Carvalho. **Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas.** São Paulo: Pearson, 2004.
DOWBOR, Ladislau. **Requisitos Para um Projeto de Desenvolvimento Local.** São Paulo: DICAS nº 53, 1995.
_____. **Desafios da Globalização.** Petrópolis: Vozes, 1999.
FACHIN, Odília. **Fundamento de Metodologia.** São Paulo: Saraiva, 2001.
FISCHER, R. M. **O Desafio da Colaboração.** São Paulo: Gente, 2002.
FISCHER, T. **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais.** Salvador: Casa da Qualidade, 2002.
FRANCO, Augusto de. **Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e sustentável.** Brasília: Agência de Educação para o desenvolvimento, 2003.
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – Centro de Estatísticas e Informações. ***Anuário Estatístico da Região Mineira do Nordeste*.** Belo Horizonte: 2005.
GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.
GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. In: Revista de Administração de Empresas, v. 35, n.2, março-abril, pp. 57-63, 1995.
GOODE, William J., HATT, Paul K. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Nacional, 1999.
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo: 2005**. Rio de Janeiro: Centro de Documentos e Disseminação de Informações – CDDI, 2005.
KOWARICK, Lúcio. **Política Social e Combate à Pobreza.** São Paulo: Cortez, 2001.
MARTINS, S. R. O. **Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. Revista Internacional de desenvolvimento local**. Nº 5. Campo Grande: UCDB, 2002.
MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social.** Petrópolis: Vozes, 2000.
MOURA, Suzana. **A gestão do Desenvolvimento Local: Estratégias e possibilidades de financiamento.** Rio de Janeiro: ANPAD, 1998.
SACHS, Jeffrey D. **Macroeconomia**. São Paulo: Makron Books, 2000.
SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.
SILVA, J. Ultemar et al (Org). **Consciência e Desenvolvimento Sustentável nas Organizações.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
_____. **Gestão Social: potencialidades das parcerias e alianças intersetoriais no Vale do Jequitinhonha.** São Paulo: USP (Pesquisa de Pós-Doutorado), 2006.
_____. **Pobreza e Políticas Sociais no Vale do Jequitinhonha.** XI Seminário de Economia Política, PUC-SP, 2001.
TODARO, M. P.; SMITH, S. C. ***Economic Development*.** Pearson Education Limited, 2006.